

O ESTADO DE S. PAULO

Publicação da **S.A. O ESTADO DE S. PAULO**
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 • São Paulo - SP • Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

Classificados por telefone: 3855-2001
Vendas de assinaturas:
Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000
Central de atendimento ao leitor:
3856-5400 - falecom.estado@grupoestado.com.br

Central de atendimento ao assinante
Capital: 3959-8500
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadoao.com.br
Central de atendimento ao jornalista:
0800-011-00-94 - www.jornaleironline.com.br
Central de atendimentos às agências de publicidade:
3856-2531 - cia@estado.com.br

Preços venda avulsa: SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). DF: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). MS: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo)

A Academia e os novos tempos

Marcos Vinícios Vilaça



O século 21 trouxe uma necessidade ainda maior de se ampliar os trajetos no sentido de que a Academia Brasileira de Letras seja mais vista e ouvida. Há – e está bem aos nossos olhos – uma geração que parece ter nascido com controle remoto e mouse à mão. Basta um clique e a tela muda. Portanto, é vital que nos afinemos com os moços.

Desde a adoção do alfabeto na Grécia antiga, passando pela invenção da imprensa com os tipos móveis do Renascimento, não há nada mais revolucionário do que a chegada do digital. Até ontem, por exemplo, toda plataforma para ler era modulada de forma passiva e indireta pela luz do sol ou pela lâmpada. Hoje, o fundo emite luz e nós teclamos sobre seu fluxo, e o fundo sobre o qual aparecem letras e imagens é fonte de luz ativa.

Nada anula a atração de elucidar o alcance dos novos usos. E uma Academia de Letras também está obrigada, na contemporaneidade, a refletir sobre linguagem e tecnologias, do

Se não refletir sobre tecnologias e linguagem, ela ficará como sombra

contrário ficará como sombra, ao perder a fonte de irradiação.

A Academia examina mais opções na internet, twitter, e-books e tudo mais que este século nos trouxer de novo. Independentemente do kindle, mesmo que se argumente que o leitor com ele se dispõe a carregar nas mãos 3.500 livros, e mesmo que exija pouco espaço para até milhares de livros, sabemos que não serão superados os incomparáveis prazeres táteis e cerebrais dos livros de papel. Ainda assim, claro está que, se não preenche o imaginário da leitura literária, não nos enganemos sobre a força que o e-book exercerá no futuro em relação ao livro didático.

Não somente por isso, mas também, e principalmente, por isso, nós nos tornamos uma casa aberta a toda forma de cultura. Unir a literatura a todas as formas de manifestação cultural, como artes plásticas, desenho, cinema, música e teatro, entre muitas outras, mais novas ou não, é o objetivo da casa. Temos, de letras, o sentido das humanidades, não apenas o de letras literárias.

Mais de um século separa as obras de um Degas, por exemplo, da era digital. No entanto, em muitos museus essas obras e a computação estão integradas em perfeita combinação artística. Especialistas temem que o homem esteja a inaugurar uma cultura autodestrutiva

– uma cultura da incultura. É possível que haja nisso alguma razão. É também possível que haja nisso algum exagero. Mas uma coisa é certa: nada anula a atração de elucidar o alcance de novos usos.

O tempo presente nos põe em alerta sobre o que significam para a cultura as instantaneidades da comunicação. Diversidade cultural é fator de coesão, e não caminho de fragmentação. Cultura há de ser, portanto, a unidade dos momentos, o que é bem diferente de ser mera unicidade. Por isso pretendemos estabelecer de forma gradual, ininterrupta e coesa uma aliança com o País que ainda está chegando. Sem esse enlace, no futuro não haverá como preservar a tradição. Seremos pó. E as cinzas não aquecem.

A Academia reivindica, por sua representatividade, que nada pode ser decretado no âmbito da cultura sem que passe pela nossa casa. Damos exemplos: direito autoral é assunto que deveremos afinar, a internet não pode aparecer como plataforma hostil ao arripio dos direitos do usuário, a proteção à obra não pode inibir a sua apropriada divulgação no equilíbrio do interesse econômico e do interesse público.

Este ano a Unesco se dedicará ao que denominou “Ano da Aproximação das Culturas”. Nada mais aliciante. A indiferença no que toca às diferenças culturais mata a capacidade de compreender. A diversidade é fator de enriquecimento mútuo. Nada de amnésia. A memória alimenta a capacidade criadora. Essa compreensão, esse conhecimento nos põem aptos a fazer da cultura um fator de emancipação, de descobrimento e de justiça.

Nós nos orgulhamos muito de que a Academia seja em grande parte o contraste dentre dois homens inseparáveis: Machado de Assis, o humilde que se fez aristocrata das letras; e Joaquim Nabuco, que, pertencendo à hierarquia do Império, se fez humilde, para melhor escutar os gritos de liberdade.

A Academia comemorará, como não poderia deixar de fazê-lo, o centenário de morte de Joaquim Nabuco, com permanente curiosidade e completa empatia, tal como fez em relação a Machado de Assis. Estamos a promover ciclo de conferências e reedição de algumas de suas obras. Iremos a Londres e a Washington para comemorações especiais com a intelectualidade dessas cidades, nas quais serviu como embaixador. Nabuco, como homem público, é precioso emblema de ética na política.

Como um operador da transformação social, trouxe o povo para o combate pela liberdade.

Temos certeza, certeza acadêmica, de que os brasileiros estarão ainda mais convencidos da sabedoria dele, recordando o que, em 1909, escreveu no Diário pessoal: “O corpo pode ser demolido, não o seja nunca o espírito.” E juntos atentaremos para a lucidez de quem, há cem anos, enxergando da vida o claro/escuro e mesmo já com a voz a falhar, segredou ao médico que o atendia: “Doutor, pareço estar perdendo a consciência... Tudo, menos isso!...”

Temos certeza, também, à sombra desses dois exemplos clássicos, que aos intelectuais compete lutar para que se impeça concentração de poder, com amargo sabor totalitário. Democracia não é só o voto na urna, mas, igualmente, o acesso cotidiano à justiça e à repartição dos frutos do crescimento econômico e do desenvolvimento social. A Academia não se senta, nem se sentará, na plateia para se ausentar do palco. Sem deixarmos de ser gente, queremos ser a Academia. Não permitiremos a atitude tribal de fechar a casa. Há muito fizemos a abertura. Sua claridade tem de estar em movimento. Irreversivelmente. ●

Marcos Vinícios Vilaça é presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL)

SINAIS PARTICULARES

LEO MARTINS



Johnny Alf

Ainda a escravidão

Miguel Reale Júnior



No meu último artigo nesta página (*Sob o prisma da escravidão*, 6/2) lembrei frase de Joaquim Nabuco em que ressaltava que “a escravidão passou 300 anos a permear a sociedade brasileira”. Assim caberia saber como a lei e a jurisprudência trataram o escravo.

O direito é reflexo da compreensão de vida em determinado momento histórico-cultural, espelhando os valores prevalentes. O quadro legal e a jurisprudência, reproduzindo essa permeabilidade da escravidão na sociedade, legitimaram a submissão integral do negro, visto como coisa, e não como pessoa.

A Constituição imperial de 1825 silenciou sobre a escravidão. Porém estabelecia no artigo 1º que o Império do Brasil constitua uma associação política de todos os cidadãos brasileiros, ou seja, segundo o artigo 4º, “os que tivessem nascido no Brasil, sejam ingênuos ou libertos”.

Admitia-se, portanto, que apenas homens livres e os libertados por via da alforria eram cidadãos brasileiros e destinatários dos direitos civis e políticos consagrados no artigo 179 da mesma Constituição. Destarte, implicitamente se admitia existirem escravos, não incluídos como cidadãos.

No referido artigo 179, relativo aos direitos individuais, o

inciso XIX estatua: “*Ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as demais penas cruéis.*”

Até a promulgação da Constituição se aplicavam sevícias graves aos escravos, como mutilações ou marcas no rosto com ferro quente. Após a Constituição, como punição cruel perdurou apenas o açoite, mesmo porque esse castigo, abolido para o homem livre, veio a ser expressamente previsto no Código Criminal do Império com referência aos escravos: “*Art. 60. Se o réu for escravo e incorrer em pena, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz o designar. O número de açoites será fixado na sentença, e o escravo não poderá levar por dia mais de cinquenta.*”

Além da previsão da pena de açoites no artigo 60, o artigo 14, § 6º, do Código Criminal catalogava, dentre as causas de exclusão do crime, como exercício regular de um direito, o poder do senhor de impor, a seu talante, castigo físico moderado ao escravo. Este, moderado ou não, era prática cotidiana, como se via nas fazendas, quando ao fim do dia cabia ao escravo dar contas das tarefas determinadas, cujo descumprimento podia levar à imposição de punições físicas, instaurando-se regime de medo, causa de muitos suicídios.

A violência legal contra os escravos verificou-se de forma mais evidente na draconiana Lei nº 4, de 10 de junho de 1835. O assassinato de família de fazendeiros em 1833 provocou a proposta de projeto de lei contra os escravos que pusessem em perigo ou lesionassem a vida de seus senhores, de seus familiares ou do feitor. O projeto permaneceu sem votação até a Revolta dos Malês, muçulmano em iorubá. Em janeiro de 1835, negros das etnias nagô e hauçá, em Salvador, rebelaram-se para a formação de um califado.

Em vista desses fatos, o rígido projeto de lei de 1833 foi aprovado, tornando-se a Lei nº 4 de 1835, cujo artigo 1º estabelecia: “*Serão punidos com pena de morte os escravos que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendentes, ou ascendentes que em sua companhia morarem e ao administrador, feitor e às suas mulheres, que com eles viverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves a pena será de açoites à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes.*”

Estipulava-se também, para rapidez do julgamento, que haveria, logo após os fatos, a convocação imediata do júri, para a sentença se dar no calor das

paixões. No artigo 4º determinava-se que, se a sentença fosse condenatória, seria ela executada sem recurso algum.

Havia, portanto, uma lei penal e processual para os escravos e outra para os homens livres, com imposição da pena de morte para fatos de gravidade diversa: homicídio ou “outra qualquer ofensa física”.

A coisificação do escravo atinge, no entanto, ponto culminante ao se admitir como legítima a exploração da prostituição de escravos em benefício do senhor. A jurisprudência apresenta o caso de duas moças negras autorizadas a sair à noite pelo senhor, pois era proibida a circulação de escravos após as 19 horas, em troca da entrega de soma de dinheiro, na manhã seguinte, como produto da atividade carnal, sendo o seu proprietário pessoa de posses modestas, um funcionário público.

Nessas hipóteses de exploração sexual de escravas, sentenças de primeira instância determinavam, em Ações de Liberdade propostas por advogados abolicionistas, a aplicação de

O quadro legal e a jurisprudência legitimaram a submissão do negro

pena civil de perda do domínio por abuso imoral. Encontrava-se fundamento para concessão de liberdade às escravas levadas à prostituição por seu senhor em textos do Direito Romano, segundo o qual, por mais amplo que fosse o direito de propriedade, não poderia vir a constituir ofensa à moral.

O Supremo Tribunal de Justiça, no entanto, considerou que a legislação romana não poderia ter aplicação entre nós, pois a Constituição garantia o direito de propriedade em sua plenitude. A jurisprudência, portanto, reputava legítimo o senhor ter na prostituição de suas escravas uma fonte de rendimento, tido o escravo como mera mercadoria.

Diante desse quadro, apenas cabe lembrar frase de Coetzee em *A Espera dos Bárbaros*: “*Quando alguns homens sofrem injustamente é destino dos que testemunham esse sofrimento envergonhar-se disso.*”

Essa vergonha não deve ser purgação de culpa, mas via propulsora de se fazer do direito um meio de viabilizar condições para os despossuídos se realizarem como pessoas, mormente graças à educação e ao acesso à Justiça. ●

Miguel Reale Júnior, advogado, professor titular da Faculdade de Direito da USP, membro da Academia Paulista de Letras, foi ministro da Justiça

FÓRUM DOS LEITORES



ENDEREÇO
Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900



FAX:
(11) 3856 2920



E-MAIL:
forum@grupoestado.com.br

Anais do esquecimento

Dois fatos foram surpreendentes na sessão do dia 4 no STF. Primeiro, a ausência do ministro Eros Grau, que livrou os deputados Alcení Guerra (DEM) e Fernando Lúcio Giacobbo (PR): o processo prescreveu! O ministro não sabia? O segundo foi o voto do ministro Dias Toffoli concedendo liberdade ao governador Arruda. O ministro não vive em Brasília? O pior é que esses fatos inexplicáveis vão para os anais do esquecimento! EUGÊNIO JOSÉ ALATI eugeniojosealati@yahoo.com.br Campinas

● É brincadeira! Os brasileiros torcem para que os políticos inescrupulosos sejam presos e cumpam sua pena, mas na hora de decidir a esse respeito um minis-

tro do STF falta ao trabalho, justamente quando prescreve o processo. Três anos para julgar e na hora H os políticos saem ileso. Não dá para acreditar!

ALBERTO SOUZA DANEU adaneu@gmail.com Osasco

● No mínimo, estranho o “único” voto a favor de Arruda, do ministro José Dias Toffoli, indicado por Lula para o STF. ANGELO TONELLI angelotonelli@yahoo.com.br São Paulo

● Claro que só foi coincidência o voto do ministro Toffoli a favor da sultora do Arruda. Claro que foi! GUTO PACHECO daniguto@uol.com.br São Paulo

Cuidado, Serra

O governador José Serra terá dificuldades na corrida presidencial. Aécio Neves é a maior. Mas é bom lembrar que Serra não é unanimidade entre os paulistas, pelo esdrúxulo projeto de lei do aumento dos professores, esquecimento dos aposentados e não-pagamento dos precatórios alimentares. JOSÉ FRANCISCO PERES FRANÇA josefranciscof@uol.com.br Espírito Santo do Pinhal

● Aécio devia espelhar-se no vice-presidente José Alencar, o único a se destacar neste governo, pela dignidade e integridade moral. ELAINE NAVARRO elainenavarro.pa@hotmail.com São Paulo

Fraudes

Tivemos fraudes no Enem e agora na OAB. Quando será a próxima? Espero que não seja em outubro. O TSE tem de ficar alerta. VALTER GALI vgal@concili.com.br São Paulo

Aberrante OAB

Como cidadão brasileiro, concordo com os autores do artigo *Cada macaco no seu galho* (3/3, A2). Desculpando-me pela contundência do adjetivo, a OAB é uma exceção aberrante na ordem jurídica do Estado brasileiro. Iniciada e influente no período imperial, permanece com se assim fosse o Estado brasileiro até os dias atuais. Não se limita a regulamentar o exercício da advocacia, co-

mo fazem todos os outros conselhos profissionais. Sua legislação e seu regulamento ousam entrar no direito de defender a Constituição e a ordem jurídica, como se tal tarefa fosse exclusividade dessa instituição, e não obrigação de todas as instituições do Estado e de todo brasileiro. Estaria efetivamente contribuindo para a modernização jurídica brasileira se abandonasse sua proteção corporativista e iniciasse um debate público, com a participação mediadora dos grandes nomes que possui, ouvindo a população sobre o que deseja como códigos e sistemas processuais, encaminhando ao Congresso as sugestões coletadas, na forma de projeto de lei. HONYLDO ROBERTO PEREIRA PINTO honyldo@bol.com.br Ribeirão Preto

● Como advogado e cidadão, venho apresentar minhas homenagens à plêiade de ilustres colegas que assinaram o artigo *Cada macaco no seu galho*. A corajosa e pertinente crítica ao nosso órgão classista se presta às outras instituições oficiais que teimam em pular em outro galho. Podemos citar os jurássicos ministros Marco Aurélio “top-top” Garcia, Paulo Vannuchi e Celso Amorim, que não perdem uma oportunidade de pular no galho dos outros, às vezes correndo o risco de cair. Mas insistem. É o caso da OAB, enquanto órgão federativo. Será que não seria melhor olhar e ver os problemas por que passam os advogados? Ou será que, defendendo supostamente a democracia e o Estado de Direito, com flagrante viés político e midiático,